

## URBANISMO, CRISE E COVID



### Qualidade Devida Luísa Schmidt

sociedade@expresso.impresa.pt

Há quatro anos, após a saída da *troika*, o “1º Inquérito sobre Sustentabilidade” em Portugal mostrou que durante a crise os portugueses tinham reduzido algumas atividades de lazer, tais como a ida a restaurantes e a espetáculos ou a frequência de ginásios. Apenas duas práticas tinham aumentado: passear em jardins públicos e parques naturais e, em menor grau, cultivar uma horta. Ou seja, a crise fez valorizar os espaços públicos verdes de usufruto gratuito, que passaram a desempenhar um crescente papel compensatório no quotidiano dos cidadãos.

Foi uma prática que veio para ficar, pois em 2019, já em plena retoma, o “2º Inquérito sobre Sustentabilidade” revelou que, se é certo que muitas outras atividades de lazer tinham entretanto recuperado, o uso e frequência de espaços públicos verdes expandira-se e afirmara-se como prática regular.

Hoje estes espaços tornaram-se ainda mais necessários, até à nossa própria sobrevivência. A crise vai levar-nos uma vez mais a

procurar os lazeres gratuitos e as preocupações com a saúde física e mental vão levar-nos a procurar espaços verdes.

Neste tempo de quarentena, as reportagens televisivas mostraram a persistente má qualidade das habitações e do urbanismo a que as disfunções crónicas do imobiliário nos sujeitou. Bairros urbanos e suburbanos maciços e inóspitos, construídos sem quaisquer condições de enquadramento e densidade, sem espaços públicos, sem árvores... Foi nesta asfíxiante condição urbana que famílias inteiras tiveram de se confinar, sofredamente.

Vimos também como, no caso de Lisboa, o Parque de Monsanto se tornou palco de fruição e saúde para os lisboetas, tal como o Corredor Verde para Monsanto, um projeto do arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles inaugurado em 2013, ao fim de quase 40 anos de luta persistente, para benefício de todos nós hoje.

Mas falta muito, muito mais. Sobretudo Lisboa e Porto necessitam de mais espaços verdes e livres. As cidades não podem continuar rendidas a interesses imobiliários e à obscura cadeia de dependências financeiras e políticas a que uma máquina jurídica habilidosa presta serviço.

### A crise vai levar-nos a procurar os lazeres gratuitos e os espaços verdes

A Ribeiro Telles, que fez 98 anos esta semana, devemos o Plano Verde de Lisboa, aprovado em 2007 como estrutura ecológica fundamental. É um plano inteligente e inclusivo, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos que vivem e frequentam a cidade. Entre várias outras coisas, delineou diversos corredores verdes e a ligação pedonal da Frente Ribeirinha entre Algés e o Parque das Nações, bem como parques urbanos e hortícolas. Defende a manutenção dos logradouros para a infiltração da água, evitando cheias e também para amenizar o clima no interior da cidade. Estabelece a valorização do sistema de vistas da topografia da cidade das colinas que se espria até ao Tejo, favorecendo ainda a drenagem das brisas. Contudo, todo este valor continua hipotecado com os monos aprovados para a zona de Alcântara (já lá está o hospital e seguem-se grandes blocos até à LX Factory) e para o aterro da Boavista, em Santos. São blocos que vão contra toda a lógica da paisagem, da história e da sanidade da capital, fechando com uma extensa muralha de prédios as perspetivas entre o rio e a cidade, obstruindo as colinas e os seus bairros, privilegiando muito poucos e roubando a quase todos a luz, a vista e o rio.

A pandemia tornou evidente o quanto precisamos de espaços de respiração e de vida.

Ribeiro Telles fez 98 anos. A melhor homenagem que lhe podemos fazer é não ficar calados e quietos tal como ele nunca ficou.